

TERCEIRO

~~QUARTO~~ TERMO ADITIVO À CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO
2020/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: GO000401/2020

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CALDAS NOVAS GOIAS, CNPJ N. 09.467.104/0001-85, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU PRESIDENTE, SR(A). ELIONETE SILVA BORGES PARTATA RIBEIRO;

E

SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS AUTOMOTORES DE GOIAS, CNPJ N. 37.014.263/0001-60, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU PRESIDENTE, SR(A). JOAO MAURICIO MARTINS NORMANHA;

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA

As partes fixam a vigência do presente Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de março de 2021 a 31 de Março de 2022 e a data-base da categoria em 1º de abril.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) Empregados em Concessionárias e Distribuidores de Veículos Automotores, com abrangência territorial em Caldas Novas, Goiás.

CONSIDERANDO a declaração de pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) pela Organização Mundial de Saúde, ocorrida em 11 de março de 2020, e as notícias veiculadas a respeito da elevada capacidade de difusão do vírus, dotado de potencial efetivo para causar surtos de contaminação, com enorme receio internacional quanto às proporções que sua propagação desmedida pode acarretar.

CONSIDERANDO a existência de diversos grupos populacionais vulneráveis, especialmente os trabalhadores que laboram no atendimento ao público, que possuem alto risco de exposição, como é o caso do setor aqui representado.

CONSIDERANDO a existência de diversos impactos financeiros e sociais para os setores de comércio, bens e serviços, bem como os decorrentes dos decretos publicados pelo Poder Executivo relacionados ao assunto.

CONSIDERANDO a excepcionalidade do período, e tendo em vista que momentos excepcionais exigem medidas excepcionais, especialmente no sentido de permitir a manutenção dos empregos.

CONSIDERANDO o disposto no art. 444 da CLT e art. 611-A da CLT, e que o negociado prevalece sobre o legislado, ou seja, a negociação coletiva de trabalho se sobrepõe às disposições legislativas.

CONSIDERANDO que diversos estabelecimentos foram (ou podem vir a ser) atingidos em decorrência de ato da autoridade pública, decretando o fechamento/paralisação das atividades.

CONSIDERANDO a edição de novos decretos, tanto Municipais como Estadual.

Celebram o presente TERMO ADITIVO A CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2022, ESPECÍFICA PARA TRATAR DO IMPACTO DO VÍRUS COVID-19 (CORONAVÍRUS) NOS CONTRATOS DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho específicas e temporárias previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA TERCEIRA – MEDIDAS RELACIONADAS À CONCESSÃO DE FÉRIAS.

Dada a excepcionalidade do período e a fim de se manter o emprego, fica autorizada a concessão de férias para aqueles empregados que já possuem período aquisitivo e ainda adiantamento do gozo de férias além do dias de que trata o Terceiro Termo Aditivo, por mais 15 (quinze) dias, seja individual ou coletiva, dispensadas das obrigatoriedades de comunicação prévia previstas nos arts. 135 e 139 da CLT, bem como do art. 51, inciso V, da Lei Complementar 123/2006, independente do período aquisitivo.

Parágrafo Primeiro – A remuneração das férias, acrescida do terço constitucional, bem como de seus reflexos, deverão ser quitadas, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, em uma só vez.

Parágrafo Segundo – Não se aplicará, nos casos aqui previstos, a dobra do art. 137 da CLT, nas situações de descumprimento do prazo previsto no art. 134 da CLT, desde que o gozo do restante das férias regulares seja concedido no prazo de até doze meses após o término da restrição legal de funcionamento das empresas representadas.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICIDADE DO TERMO ADITIVO

As partes se obrigam a ampla publicidade do presente Termo Aditivo à CCT 2020/2022.

Em havendo edição de lei que estabeleça situações para cuja validade tem que se dar apenas através de acordo coletivo ou Convenção Coletiva de Trabalho, as partes estarão promovendo termo Aditivo à CCT 2020/2022.

As partes poderão promover adequações, no termo Aditivo, que se fizerem necessárias durante a Pandemia.

As demais cláusulas da CCT 2020/2022 e dos Termos Aditivos 2020/2022, permanecem inalteradas.

E, por estarem assim justos e convencionados, firmam o presente em tantas vias quanto necessárias para os mesmos efeitos.

Goiânia, 15 de março de 2021

ELIONETE SILVA BORGES PARTATA RIBEIRO

Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE CALDAS NOVAS
GOIAS

JOAO MAURICIO MARTINS NORMANHA

Presidente

SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE
VEICULOS AUTOMOTORES DE GOIAS
